

17° SIMULADO

TJRJ

TÉCNICO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA
PÓS-EDITAL



Estratégia
Concursos

Simulado Especial

17º Simulado TJ-RJ

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE/CESPE, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Técnico-04-07-20>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Carlos Roberto

TEXTO I**ONDE**

“Falei com o ministro ontem, onde ninguém me disse que essa medida seria tomada.” (De dirigentes “classista”, na TV.)

Não é mero erro ocasional; é clara a tendência de recursos ao “onde” para substituir outros advérbios – o “quanto” em particular. É um processo de destemporalização dos acontecimentos e dos sujeitos e sua consequente especialização ou territorialização. Curiosamente, teóricos da pós-modernidade já apontaram para a decadência da categoria moderna do tempo e a ascensão da categoria pós-moderna do espaço.

Até o início da modernidade, o tempo era apenas um dado, componente inevitável do cenário da existência.

Quando, na era moderna, o tempo passa a ser, além de medido, também fracionado, construído, dilatado, comprimido e finalmente equiparado ou traduzido em dinheiro (tempo é dinheiro), tornou-se referente central da vida. Agora, na idade pós-moderna, é como se o tempo estivesse, na hipótese mais nobre mais nobre, sendo abolido ou diminuído, encurralado, desbastado, pulverizado (pelo desenvolvimento de técnicas de locomoção, como no avião; pelo aprimoramento daquelas outras que permitem a superação imaginária das distâncias, como na TV) ou, na alternativa menos nobre, confundido, mascarado, apagado, eliminado da memória e da consciência das pessoas (...).

No primeiro caso, a tentativa de ver o espaço ali onde ele não está, indicando pela substituição do “quando” pelo “onde” (como se a perda do tempo já fosse aceita como inevitável), surge como tentativa de garantir um mínimo de estabilidade ao processo de localização e autolocalização das pessoas. No segundo, o espaço surge como a máscara de ocultação do tempo: estar na praia significa estar jovem (mesmo que não se seja jovem), estar na rua significa estar num tempo sem começo e sem fim, um tempo que independe do ritmo vital de cada um e que, portanto, é neutro. Tenta-se agarrar o espaço por não mais ser possível viver o tempo, tenta-se apreender o espaço para por meio dele fruir imaginariamente um tempo ilusório. (...)

Teixeira Coelho. Dicionário do brasileiro de bolso.

01. Com base no Texto I, assinale a alternativa errada quanto aos aspectos semânticos e linguísticos.

- a) Os parênteses utilizados no primeiro período do texto foram utilizados para intercalar indicação acessória.
- b) O travessão empregado após o vocábulo “advérbios”, no primeiro parágrafo, traduz uma restrição sobre a aplicabilidade da palavra “onde”.
- c) Os vocábulos “tendência” e “imaginária” são acentuados pela ocorrência de duas regras distintas.
- d) Os vocábulos “ninguém”, “pós-modernidade” e “está” são acentuados em virtude da mesma regra gramatical.
- e) No trecho “(...) ninguém me disse que essa medida seria tomada.”, a palavra “que” é conjunção integrante que introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

02. Ainda com base no Texto I, assinale a alternativa incorreta quanto aos aspectos semânticos e linguísticos.

- a) No trecho “(...) ninguém me disse que essa medida seria tomada.”, a palavra “me” é pronome oblíquo tônico e exerce função sintática de complemento verbal indireto do verbo “dizer”.
- b) No trecho “(...) ninguém me disse que essa medida seria tomada.”, o pronome “me” poderia ser escrito após o verbo “disse” sem prejuízo gramatical do texto.
- c) No trecho “Curiosamente, teóricos da pós-modernidade já apontaram (...)”, o pronome lhes possui função anafórica para retomar “a expressão “pós-modernidade” possui valor adjetivo.
- d) O texto possui, principalmente, estrutura narrativa expositiva.
- e) Infere-se do texto que as alterações do conceito de tempo refletem-se no idioma e que se vive, hoje, na era da modernidade.

03. Tendo o Texto I como base, assinale a alternativa gramaticalmente correta.

- a) No segundo parágrafo do texto, o vocábulo "destemporalização" possui sentido semântico de territorialização.
- b) De acordo com as normas ortográficas em vigor, o emprego do hífen é facultativo em "autolocalização".
- c) O emprego do hífen é obrigatório em "pós-modernidade".
- d) No segundo parágrafo do texto, a expressão "a tendência de recurso ao onde" exerce função sintática de predicativo.
- e) No trecho "tenta-se apreender o espaço para por meio dele fruir imaginariamente um tempo ilusório.", a palavra "se" exerce função sintática de objeto direto.

04. Tendo o Texto I como base, assinale a alternativa espúria.

- a) No primeiro parágrafo do texto, o trecho "onde ninguém me disse" dever-se-ia ter sido assim registrado: "quando ninguém me disse".
- b) No texto, as palavras "decadência" e "ascensão", presentes no segundo parágrafo, estabelecem uma relação de antonímia.
- c) O vocábulo "era", no terceiro parágrafo do texto, é a conjugação do verbo "ser" no pretérito perfeito do modo indicativo.
- d) A palavra "apenas" em "o tempo era apenas um dado", no terceiro parágrafo do texto, traduz a ideia de exclusividade.
- e) O verbo "garantir", no último parágrafo do texto, é bitransitivo.

TEXTO II

A Era dos Direitos

Não há dúvida de que, quando, num seminário de filósofos e não de juristas (como é o nosso), colocamos o problema do fundamento dos direitos do homem, pretendemos enfrentar um problema do segundo tipo, ou seja, não um problema de direito positivo, mas de direito racional ou crítico (ou, se se quiser, de direito natural, no sentido restrito, que é para mim o único aceitável, da palavra). Partimos do pressuposto de que os direitos humanos são coisas desejáveis, isto é, fins que me recém ser perseguidos, e de que, apesar de sua desejabilidade, não foram ainda todos eles (por toda a parte e em igual medida) reconhecidos; e estamos convencidos de que lhes encontrar um fundamento, ou seja, aduzir motivos para justificar a escolha que fizemos e que gostaríamos fosse feita também pelos outros, é um meio adequado para obter para eles um mais amplo reconhecimento.

"A era dos direitos, Norberto Bobbio".

05. Com base no Texto II, analise os itens abaixo quanto aos aspectos semânticos e linguísticos e assinale a alternativa errada.

- a) No primeiro período do texto, a preposição "de" no trecho "Não há dúvida de que" é exigida em decorrência da regência do vocábulo "dúvida".
- b) Os parênteses utilizados no trecho "(como é o nosso)" poderiam ser substituídos por travessões sem causar prejuízo gramatical à construção do texto.
- c) O trecho "um problema do segundo tipo" exerce função de complemento verbal direto do verbo "pretender".
- d) No segundo período do texto, o trecho "coisas desejáveis" exerce função predicativa em "os direitos humanos são coisas desejáveis".
- e) No segundo período do texto, o vocábulo "humanos" possui classificação sintática de adjunto adnominal em "os direitos humanos são coisas desejáveis".

06. Ainda com base no Texto II, analise os itens abaixo quanto aos aspectos semânticos e linguísticos e assinale a alternativa certa.

- a) Para o autor do texto, o corpo social não está desprotegido de normas jurídicas, eis que na hipótese de omissão legislativa o magistrado fará uso da lei natural.
- b) No trecho “e estamos convencidos de que lhes encontrar um fundamento”, o pronome “lhes” não poderia ter sido registrado na forma enclítica.
- c) No trecho “e estamos convencidos de que lhes encontrar um fundamento”, o pronome lhes possui função anafórica para retomar “o problema do fundamento dos direitos do homem”.
- d) O vocábulo “desejabilidade” exerce função adjetiva para caracterizar “direitos humanos”.
- e) A palavra “que” assume mesma função sintática nas duas vezes que aparece em “e estamos convencidos de que lhes encontrar um fundamento, ou seja, aduzir motivos para justificar a escolha que fizemos e que gostaríamos fosse feita também pelos outros”.

TEXTO III

As decisões das assembleias legislativas estaduais poderão sofrer adaptações preliminares, já que o Ministério da Educação condiciona a implementação de compensação de atrasos à conclusão do ano letivo.

O globo.

07. Tendo como parâmetro o Texto III, analise os itens abaixo quanto aos aspectos semânticos e gramaticais e assinale a alternativa certa.

- a) Os três períodos presentes no texto são caracterizados pelos verbos “poder”, “sofrer” e “condicionar”.
- b) No sintagma nominal “As decisões das assembleias legislativas estaduais”, o trecho “das assembleias legislativas estaduais” exerce função completiva com o núcleo do sujeito.
- c) A locução verbal transitiva direta “poderão sofrer” classifica-se como núcleo do predicado verbal da oração.

d) O vocábulo “preliminares” exerce função morfológica e sintática de adjunto adnominal e adjetivo, respectivamente.

e) O registro do acento grave em “à conclusão” justifica-se pela fusão do “a” preposição que o substantivo atraso rege com o “a” artigo que precede o substantivo “conclusão”.

08. Ainda com base no Texto III, analise os itens abaixo quanto aos aspectos semânticos e gramaticais e assinale a alternativa certa.

- a) O trecho “de compensação de atrasos” exerce função subjetiva com o substantivo “implementação”.
- b) O trecho “de compensação de atrasos” exerce função completiva com o substantivo “implementação”.
- c) Os trechos “de compensação de atrasos” e “do ano letivo” exercem funções sintáticas distintas no texto.
- d) A locução conjuntiva “já que” não exerce função sintática no texto, mas introduz uma oração coordenada sindética adversativa.
- e) Infere-se do texto que as ações de compensação de atrasos adotadas no âmbito estadual que não contribuirão para a conclusão do não letivo poderão sofrer adaptações preliminares.

TEXTO IV

A representação da “realidade” na imprensa

Parece ser um fato assentado, para muitos, que um jornal ou um telejornal expresse a “realidade”. Folhear os cadernos de papel de ponta a ponta ou seguir pacientemente todas as imagens do grande noticiário televisivo seriam operações que atualizariam a cada dia nossa “compreensão do mundo”. Mas esse pensamento, tão disseminado quanto ingênuo, não leva em conta a questão da perspectiva pela qual se interpretam todas e quaisquer situações focalizadas. Submetermo-nos à visada do jornalista que compôs a notícia, ou mesmo à do câmera que flagra uma situação (e que, aliás, tem suas tomadas sob o controle de um editor de imagens), é desfazermo-nos da nossa própria capacidade de análise, é renunciarmos à perspectiva de sujeitos da nossa interpretação.

Tanto quanto os propalados e indiscutíveis “fatos”, as notícias em si mesmas, com a forma acabada pela qual se veiculam, são parte do mundo: convém averiguar a quem interessa o contorno de uma análise política, o perfil criado de uma personalidade, o sentido de um levante popular ou o alcance de uma medida econômica. O leitor e o espectador atentos ao que leem ou veem não têm o direito de colocar de lado seu senso crítico e tomar a notícia como espelho fiel da “realidade”. Antes de julgarmos “real” o “fato” que já está interpretado diante de nossos olhos, convém reconhecermos o ângulo pelo qual o fato se apresenta como indiscutível e como se compõe, por palavras ou imagens, a perspectiva pela qual uma bem particular “realidade” quer se impor para nós, dispensando-nos de discutir o ponto de vista pelo qual se construiu uma informação.

(Tibério Gaspar).

09. Tendo o Texto IV como base, analise as alternativas abaixo e assinale a certa.

- O autor considera como fatos efetivos apenas aqueles que ganham igual dimensão em todos os veículos.
- Inferre-se do texto que os interesses existentes na divulgação dos fatos acabam por destituí-los de importância.
- Segundo o autor do texto, devem-se interpretar as notícias de modo a excluir delas o que nos pareça mais problemático ou inverossímil.
- No segundo período do primeiro parágrafo, a expressão “ponta a ponta” poderia ser escrita com o emprego do acento grave (ponta à ponta), mas não com hífen (ponta-a-ponta), haja vista que se trata de um caso facultativo de ocorrência da crase e que o acordo ortográfico em vigor retirou o uso do hífen entre vocábulos repetidos.
- A frase “dispensando-nos de discutir o ponto de vista pelo qual se construiu uma informação.”, constante da última linha do texto, poderia ser assim reescrita no plural: “dispensando-nos de discutir os pontos de vista pelos quais se construíram uma informação.”

TEXTO V

O Prazer do Beneficiador é Sempre Maior do que o do Beneficiado

- Não me podes negar um facto, disse ele; é que o prazer do beneficiador é sempre maior do que o do beneficiado. Que é o benefício? É um ato que faz cessar certa privação do beneficiado. Uma vez produzido o efeito essencial, isto é, uma vez cessada a privação, torna o organismo ao estado anterior, ao estado indiferente. Supõe que tens apertado em demasia o cós das calças; para fazer cessar o incómodo, desabotoas o cós, respiras, saboreias um instante de gozo, o organismo torna à indiferença, e não te lembrás dos teus dedos que praticaram o ato. Não havendo nada que perdure, é natural que a memória se esvaeça, porque ela não é uma planta aérea, precisa de chão. A esperança de outros favores, é certo, conserva sempre no beneficiado a lembrança do primeiro; mas este fato, aliás um dos mais sublimes que a filosofia pode achar em seu caminho, explica-se pela memória da privação, ou, usando de outra fórmula, pela privação continuada na memória, que repercute a dor passada e aconselha a precaução do remédio oportuno.

Machado de Assis, in 'Memórias Póstumas de Brás Cubas'

10. Com base no Texto V, analise os itens abaixo quanto aos aspectos semânticos e gramaticais e assinale a alternativa errada.
- No trecho “é que o prazer do beneficiador é sempre maior do que o do beneficiado.”, a preposição que antecede o vocábulo “que” poderia ser retirada sem prejuízo gramatical.
 - No trecho “Não havendo nada que perdure, é natural que a memória se esvaeça, porque ela não é uma planta aérea, precisa de chão.”, a palavra “porque” poderia ser substituída, sem prejuízo gramatical do texto, por “porquanto”.
 - No último período do primeiro parágrafo, a palavra “se” em “explica-se pela memória da privação” exerce a função de índice de indeterminação do sujeito.
 - Segundo o autor do texto, proporcionar algo novo a quem recebe uma boa ação corresponde à maior recompensa de quem a pratica.
 - Segundo o autor do texto, proporcionar algo novo a quem recebe uma boa ação corresponde à maior recompensa de quem a pratica e, inclusive, supera os benefícios do seu destinatário.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 1 E 4)**Marcos Girão**

11. Conforme a LODERJ, acerca dos vice-presidentes marque a alternativa que não traz uma competência do 3º Vice-Presidente:

- a) substituir o Corregedor-Geral da Justiça e o 2º Vice-Presidente, sem prejuízo de suas atribuições próprias.
- b) integrar o Órgão Especial e o Conselho da Magistratura.
- c) exercer as funções administrativas e judicantes que lhe forem delegadas pelo Presidente ou atribuídas pelo Regimento Interno.
- d) tomar parte nos julgamentos do Órgão Especial, sem as funções de relator ou revisor, salvo quando vinculado por vista, distribuição anterior ou competência regimental.
- e) apreciar os pedidos de concessão de efeito suspensivo a recursos ordinários, ainda não submetidos a juízo de admissibilidade.

12. Julgue as assertivas abaixo quanto ao Órgão Especial do TJ RJ, de acordo com a LODERJ:

- I. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça atua por delegação do Tribunal Pleno e é constituído de vinte e cinco desembargadores, sendo 13 vagas preenchidas por antiguidade e 12 por eleição.
- II. A eleição para o Órgão Especial será realizada na forma prevista pelo Regimento Interno.
- III. O Desembargador em exercício simultâneo no Órgão Especial e em Câmara terá, nesta, a distribuição reduzida em 2/3.
- IV. Se houver vacância na parte eleita do Órgão Especial, será realizada eleição no prazo de 90 dias, devendo os eleitos completar o período de mandato dos seus respectivos antecessores.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) II e IV.

13. Em relação aos cargos em comissão e funções gratificadas, de acordo com a Lei n.º 4.620/2005, está incorreta a seguinte informação:

- a) É vedada a nomeação ou designação para cargo em comissão ou função gratificada a servidor que se encontre em estágio experimental.
- b) O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no mínimo de 75%, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- c) Não integram a reserva prevista neste artigo os cargos em comissão de assessoramento direto a desembargador.
- d) O exercício de função gratificada é privativo de serventuário ativo do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
- e) A função gratificada cujo exercício exija habilitação específica, inexistente no Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, poderá ser exercida por servidor público titular de cargo de provimento efetivo do Estado do Rio de Janeiro.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 2 E 3)**Herbert Almeida**

14. Joana respondeu a processo administrativo e foi punida nos termos da legislação estadual. Contudo, alguns anos após a aplicação da penalidade, encontrou provas capazes de comprovar a sua inocência, com base em fatos não aduzidos na época em foi processada. Nessa situação, de acordo com o que prevê o Decreto-Lei nº 220/1975 e o Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que

- a) Joana poderá requerer a revisão do processo e, caso a revisão seja julgada procedente, a penalidade aplicada será considerada sem efeito, com o ressarcimento dos direitos eventualmente prejudicados.
- b) o julgamento da revisão deverá ocorrer em até quinze dias, mediante procedimento sumário.

- c) o requerimento de revisão somente poderá ser apresentado por Joana, parte interessada na elucidação dos fatos e na anulação da decisão, razão pela qual seu direito se extingue em caso de falecimento.
- d) se não contar com fatos novos, a servidora poderá comprovar a injustiça da decisão aplicada à época da punição, com o propósito de obter a revisão da decisão original.
- e) a instrução do processo de revisão deve ser concluída no prazo improrrogável de noventa dias.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (ITENS 5, 6 E 7)

Tiago Zanolla

15. Com base no disposto do Regimento Interno do TJ-RJ, o órgão desse tribunal que é composto exatamente por cento e oitenta desembargadores é o
- a) Conselho da Magistratura
- b) Câmara Regional
- c) Órgão Especial, que exerce, entre outras, as atribuições delegadas pelo Conselho da Magistratura.
- d) Órgão Especial, que exerce, entre outras, as competências privativas delegadas pelo Tribunal Pleno.
- e) Tribunal Pleno, órgão máximo do TJ/RJ
16. À luz do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a competência para julgar os agravos contra decisões do Presidente que, em mandado de segurança, ordenarem a suspensão da execução de medida liminar ou de sentença que o houver concedido
- a) Tribunal pleno
- b) Conselho especial
- c) Órgão Especial
- d) 1º Vice-presidente
- e) Corregedor da justiça
17. Com base no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, assinale a opção que indica o nome do instrumento utilizado para transmitir, no âmbito interno da unidade organizacional, ordens

uniformes aos respectivos subordinados visando organizar as atividades da estrutura interna, indicando a maneira de ser conduzido determinado serviço ou atividade

- a) instrução
- b) ordem de serviço
- c) portaria
- d) provimento
- e) ofício circular

18. Com base no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, são atos que podem ser baixados pelo juiz de direito

- a) instrução e ordem de serviço
- b) ordem de serviço e portaria
- c) portaria e provimento
- d) provimento e instrução
- e) ofício circular e aviso

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

19. O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece uma série de medidas que devem ser adotadas nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:
- a) As medidas apresentadas pelo Estatuto devem ser observadas apenas pelas instituições públicas, de modo que as instituições privadas poderão estabelecer medidas próprias.
- b) Dentre as medidas previstas está a tradução completa do edital e de suas retificações em Braille.
- c) É possível dilação do tempo, independentemente de requerimento do candidato, para a realização de exame para seleção e para as atividades acadêmicas.
- d) Uma medida que deve ser adotada é a disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de

acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação.

e) Em respeito ao princípio da isonomia, é vedada a adoção de critérios diferenciados de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Paulo Guimarães

20. Assinale a alternativa correta.

a) A ética tem por objetivo a determinação do que é certo ou errado, bom ou mau em relação às normas e valores adotados por uma sociedade.

b) A ética ocupa-se de questões subjetivas, abstratas e essencialmente de interesse particular do indivíduo, sem relação com valores ou condutas sociais.

c) Apesar de estritamente relacionadas, ética e moral não se confundem. No entanto, os princípios éticos pressupõem determinadas regras morais de comportamento.

d) A ética representa uma abordagem sobre as constantes morais, ou seja, refere-se àquele conjunto de valores e costumes mais ou menos permanente no tempo e no espaço.

e) Importante característica da moral, o que a torna similar à lei, é o fato de ser absoluta e constituir um padrão para julgamento dos atos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

21. Assinale a afirmativa correta a respeito da organização da Administração Pública.

a) Ao passo que são criadas como autarquias em regime especial, as agências reguladoras integram a administração direta.

b) O decreto que cria a Autarquia deve indicar sua área de atuação, bem como informar se será pessoa jurídica de direito público ou privado.

c) O ato de concessão de qualificação de entidade privada sem fins lucrativos como OSCIPs, pela Administração Pública, é vinculado aos ditames legais.

d) Como regra, a desconcentração implica na criação de uma nova pessoa jurídica, seja de direito público ou de direito privado.

e) A descentralização só poderá ocorrer quando da transferência de competências da administração pública a pessoas jurídicas de direito privado.

22. Acerca da Administração direta e indireta e da organização da Administração Pública, assinale a assertiva correta.

a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público e detêm autonomia financeira e política.

b) As empresas públicas, que são criadas a partir da descentralização de poderes, são investidas de poderes de autoridade e encarregadas de realizar funções especificamente de interesse público.

c) As sociedades de economia mista podem integrar tanto a administração pública direta quanto a indireta.

d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são frutos da desconcentração administrativa.

e) As autarquias gozam do direito à impenhorabilidade de seus bens e se sujeitam à vedação de acumulação de cargos públicos.

23. No que se refere ao ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

a) A convalidação de um ato administrativo pode acontecer quando tal ato não tenha lesado o interesse público nem causado prejuízo a terceiros, além de apresentar vício sanável.

b) Um ato administrativo praticado com vício de motivo pode ser convalidado pela administração pública, desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

c) A convalidação de um ato administrativo pode acontecer quando não existir tempo suficiente para a prática de novo ato com o propósito de substituir o que foi editado em desconformidade com a lei.

d) O motivo de um ato administrativo, quando viciado, possibilita a convalidação deste ato.

e) Um ato administrativo praticado com vício no requisito objeto pode ser convalidado pela administração pública, desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

24. Em se tratando de ato administrativo, é correto afirmar que

- a) segundo o atributo da presunção de legitimidade, a administração pública, para executar suas decisões, não necessita submeter sua pretensão ao Poder Judiciário.
- b) o Poder Judiciário poderá apreciar o mérito dos atos administrativos, inclusive sob os aspectos da conveniência e da oportunidade.
- c) a anulação de um ato administrativo se dará quando ele for editado em consonância com a lei, porém, não for mais conveniente e oportuno.
- d) mesmo que os atos administrativos sejam dotados dos atributos da presunção de veracidade e legitimidade, não há presunção absoluta de que tais atos foram editados de acordo com a lei e com a verdade dos fatos.
- e) a revogação de um ato administrativo funciona como uma espécie de sanção para aqueles que deixaram de cumprir as condições determinadas pelo ato.

25. Julgue os itens a seguir sobre o processo administrativo e assinale a alternativa correta.

- a) Por meio da delegação de um ato administrativo se transfere também a titularidade deste ato.
- b) Encontra-se em perfeita sintonia com a legislação vigente a delegação de decisão de recurso administrativo e a edição de atos de caráter normativo.
- c) Os atos administrativos, via de regra, são desprovidos de forma determinada, exceto quando a lei expressamente a exigir.
- d) Tendo praticado ato administrativo eivado de vício de ilegalidade, à Administração Pública cabe a revogação deste ato.
- e) Sendo cumpridas as etapas legais de intimação, a falta de atendimento desta importa no reconhecimento da verdade dos fatos, implicando em revelia.

26. Em relação aos poderes da Administração Pública, pode-se afirmar corretamente que

- a) O âmbito de incidência do poder disciplinar da administração pública não está restrito aos servidores públicos.
- b) O administrador público age no exercício do poder disciplinar ao editar atos normativos com o objetivo de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados.
- c) Por meio do poder hierárquico, a administração pública poderá aplicar penalidades aos seus subordinados.
- d) Decorre do exercício do poder de polícia dirimir conflitos de competência, positivos ou negativos, entre subordinados.
- e) A ação da polícia administrativa depende de prévia autorização judicial.

27. Nos termos da Lei nº 8.666/93 (Lei das Licitações e Contratos), a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, é

- a) o pregão
- b) o concurso
- c) o convite
- d) o leilão
- e) a tomada de preços

28. Na celebração de um contrato administrativo a Administração Pública goza de alguns privilégios não extensíveis aos contratos privados, como é o caso das cláusulas exorbitantes. Diante do exposto, assinale a opção que apresenta exemplo de cláusula exorbitante de um contrato administrativo.

- a) forma de fornecimento
- b) objeto e seus elementos característicos
- c) regime de execução
- d) obrigação do contratado de manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação

- e) possibilidade de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis vinculados ao objeto do contrato, no caso de serviços essenciais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Vale

29. Tobias e Malaquias são grandes gênios intelectuais da atualidade. Tobias escreveu a música “O Baile dos Gatos”, que foi instantaneamente reconhecida como grande obra-prima do clássico contemporâneo. Malaquias, por sua vez, é autor de invento industrial que revolucionou o processo de montagem e fabricação de automóveis. No entanto, em virtude da publicação de uma nova lei disposta sobre direito autoral, o prazo durante o qual tais inventos permaneceriam sob exclusividade de seus autores ficou limitado a 10 anos. À luz das disposições constitucionais pertinentes, é possível afirmar que:

- a) A lei em questão é válida, já que o privilégio para a fruição exclusiva do direito sobre as respectivas obras pertence aos autores, mas apenas pelo tempo que a lei fixar.
- b) A lei é inconstitucional no ponto em que limita a exclusividade sobre a obra de Tobias, cuja vitaliciedade será, inclusive, transmissível aos herdeiros.
- c) Apenas Malaquias detém privilégio exclusivo sobre a utilização de seu invento, de forma permanente, sendo a limitação temporal admissível apenas na transmissão do direito aos herdeiros.
- d) A lei é válida na fixação do referido prazo para o invento produzido por Malaquias, mas inconstitucional em relação à música escrita por Tobias.
- e) A lei é inconstitucional, uma vez que, em vida, o privilégio para a utilização das obras pertence exclusivamente aos autores, de forma vitalícia.

30. Determinado estado da federação decidiu, mediante lei ordinária estadual, dividir-se e dar origem a dois novos entes regionais. Após a aprovação da Assembleia Legislativa correspondente, a população envolvida foi consultada, aquiescendo sob a forma de referendo

popular. É possível concluir que, segundo os mandamentos constitucionais correspondentes ao tema, que:

- a) A consulta popular, de caráter opinativo, deveria ter sido realizada previamente à edição da referida lei estadual, exigindo-se o quórum previsto para as leis complementares para sua aprovação.
- b) A divisão territorial pretendida não poderia ter sido efetivada sem a divulgação de estudos de viabilidade, nos termos da lei federal.
- c) A subdivisão empreendida será válida apenas se tiver sido editada lei complementar federal, estabelecendo o período em que a referida alteração territorial estaria autorizada.
- d) A divisão do território em questão exige a edição de lei complementar estadual, bem como a realização de referendo, de caráter meramente opinativo.
- e) A consulta popular deveria ter sido prévia à criação dos novos entes políticos, a ser aprovada por lei complementar federal.

31. Suponha que o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tenha sido alterado para autorizar o julgamento, pelos juízes estaduais, de determinadas causas previdenciárias, de competência da Justiça Federal, nas comarcas onde não tenham sido instituídas varas federais. De acordo com o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que:

- a) O regimento interno do Tribunal não é o instrumento adequado para a fixação da referida competência, o que deveria ter sido feito mediante lei.
- b) Caso a Constituição do Estado tenha atribuído competência à Justiça Estadual para o julgamento de quaisquer questões previdenciárias, não haverá irregularidade na disposição contida no regimento interno.
- c) O julgamento das referidas ações passará a ser realizado pelo juiz estadual da comarca respectiva, mas eventual recurso deverá ser dirigido ao Tribunal Regional Federal correspondente.
- d) Nesse caso, o recurso referente à ação julgada pelo juiz estadual da comarca respectiva deverá ser dirigido ao Tribunal de Justiça.

e) O julgamento dos conflitos envolvendo instituição de previdência social e segurado, de competência da Justiça Federal, não podem ser julgados pela Justiça Estadual, razão pela qual o referido dispositivo deve ser considerado nulo.

32. A Constituição Federal impõe uma série de regras relacionadas à realização de concurso público pela administração brasileira. Sobre o assunto, é correto afirmar que se encontra expressamente previsto no texto da CF/88 o que se afirma em:

a) Às pessoas portadoras de deficiência será reservado o percentual de 20% das vagas ofertadas em concursos públicos.

b) Os servidores contratados por tempo determinado constituem exceção à obrigatoriedade de realização de concurso público.

c) Enquanto houver candidato aprovado em concurso com prazo de validade expirado, estará proibida a realização de novo concurso.

d) A necessidade de realização de exame psicotécnico somente será admitida caso exigida no edital do concurso.

e) A investidura em qualquer cargo público, sem a realização de concurso público, é inconstitucional.

33. Cristofer, defensor público estadual, decidiu atuar em famoso escritório de advocacia particular. Após regular procedimento administrativo, ficou determinada sua demissão, contra a qual se insurgiu o defensor, por considerar-se detentor de determinadas prerrogativas constitucionais inerentes à sua função. Pode-se dizer que, no que diz respeito às justificativas apresentadas:

a) Cristofer, ainda que tenha desrespeitado importante preceito constitucional, não poderia ter sofrido a penalidade de demissão em decisão proferida em sede de procedimento administrativo.

b) A penalidade imposta não se justifica, já que aos defensores públicos, assim como aos demais representantes das funções essenciais à justiça, aplica-se o princípio da independência funcional.

c) Deverão ser rejeitadas, devendo ser mantida a decisão proferida em razão da infração cometida, uma vez que Cristofer não pode ser considerado vitalício.

d) Devem ser acolhidas, em virtude dos princípios constitucionais expressamente atribuídos à Defensoria Pública, quais sejam, a inamovibilidade, a indivisibilidade e a unidade.

e) Somente o chefe da instituição, em nome do princípio da unidade e da hierarquia funcional existente na instituição, poderia ter aplicado a penalidade mencionada.

34. O Presidente da República decidiu, mediante decreto e sem qualquer consequência para as despesas previstas para o exercício, dispor sobre certas medidas que, a seu ver, contribuiriam para o aumento da eficiência de sua gestão, como a extinção de alguns Ministérios e cargos públicos vagos. Além disso, resolveu conceder indulto aos presos que cumprissem determinados requisitos estabelecidos no decreto presidencial. Ao final, decidiu por bem delegar a efetivação das providências descritas ao Procurador-Geral da República (PGR). Considerando o que dispõe a Constituição Federal a esse respeito, aponte a alternativa verdadeira:

a) O Presidente da República poderia delegar as medidas mencionadas, mas somente aos Ministros de Estado e ao Advogado-Geral da União, autoridades que possuem status equivalente.

b) Tais medidas não são passíveis de delegação, devendo ser executadas diretamente pelo Presidente.

c) Apenas a extinção dos Ministérios e dos cargos públicos vagos, a ser efetivada mediante decreto, não poderá ser delegada, podendo o indulto, no entanto, ser concedido pelo PGR.

d) A extinção dos Ministérios não poderá ser realizada por meio de decreto, sendo as demais atribuições passíveis de serem exercidas pelo PGR, por meio de delegação.

e) O indulto, por exigir a aprovação do Poder Legislativo, não poderia ser concedido por decreto e, conseqüentemente, delegado a quaisquer autoridades.

35. Fora publicada lei estadual, pelo Estado X, visando aprimorar as regras relacionadas ao processo eleitoral. Considerando o que estabelece a

atual Constituição acerca da matéria, aponte a alternativa verdadeira:

- a) A lei somente poderá entrar em vigor um ano após a sua publicação.
- b) A lei é inconstitucional, por ofensa direta à cláusula pétrea da Constituição.
- c) A lei poderá entrar em vigor imediatamente após sua publicação, mas somente será aplicada às eleições que ocorrerem um ano após o início de sua vigência.
- d) A lei é inconstitucional, por invasão de competência legislativa privativa da União.
- e) A lei será considerada válida, desde que editada em consonância com a normatização geral produzida pela União.

36. Flisbério, nascido na Inglaterra no momento em que seus pais, brasileiros naturalizados, lá se encontravam em férias, não foi registrado em repartição brasileira competente. Após completar 23 anos de idade, Flisbério decide optar pela nacionalidade brasileira. Dois anos, depois, pratica atividade nociva ao interesse nacional. Nessas condições, a partir da análise das normas contidas na Constituição Federal, pode-se inferir que:

- a) Flisbério poderá vir a ser extraditado, caso seja condenado em decisão judicial transitada em julgado.
- b) Flisbério não poderá ser extraditado nessa situação, nem mesmo mediante sentença judicial.
- c) Flisbério deverá perder seus direitos políticos, mas, na condição de brasileiro nato, não está sujeito à perda da nacionalidade.
- d) Flisbério poderá ser extraditado, já que a opção tardia não autoriza a concessão da naturalização pretendida.
- e) Flisbério não poderá ser considerado brasileiro nato, ainda manifeste expressamente sua opção nesse sentido, já que seus pais se encontravam fora do país e não possuem a nacionalidade originária brasileira.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

37. Quanto à aplicação das normas contidas no Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) A jurisdição civil sempre será regida pelas normas processuais brasileiras.
- b) O Código de Processo Civil prevê a irretroatividade da norma processual.
- c) O Código de Processo Civil poderá ser aplicado aos processos eleitorais, trabalhistas, administrativos ou penais, diante da ausência de normas que os regulem.
- d) A norma processual não retroagirá, mas as situações consolidadas sob a vigência da norma revogada poderão ser revistas à luz da legislação mais recente.
- e) O Código de Processo Civil poderá ser aplicado supletiva e subsidiariamente aos processos trabalhistas, mas os processos eleitorais devem ser regidos pelo Código Eleitoral.

38. Quanto à competência para os bens imóveis, assinale a alternativa correta:

- a) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.
- b) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa ou o foro de domicílio do réu.
- c) O Código de Processo Civil veda o estabelecimento de cláusula de eleição de foro para causas que versem sobre bens imóveis.
- d) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência relativa.
- e) O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.

39. Com base nas disposições do Código de Processo Civil sobre a incompetência absoluta e relativa, é incorreto:

- a) Ambas serão alegadas como questão preliminar de contestação.
- b) A incompetência absoluta, ao contrário da relativa, pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- c) Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente e, salvo decisão judicial em sentido contrário, conservar-se-ão os efeitos da decisão proferida pelo juízo incompetente.
- d) A incompetência relativa, ao contrário da absoluta, pode ser prorrogada caso o réu não a alegue no momento oportuno.
- e) O Ministério Público não detém legitimidade para alegar a incompetência relativa.

40. Sobre as despesas e as multas no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O assistente, por não ser parte do processo, está isento do pagamento de custas.
- b) O perito e o assistente técnico devem ser remunerados pelo Poder Judiciário.
- c) Quando, a requerimento do réu, o juiz proferir sentença sem resolver o mérito, o autor não poderá propor novamente a ação sem pagar ou depositar em cartório as despesas e os honorários a que foi condenado.
- d) O valor das sanções impostas ao litigante de má-fé reverterá em benefício do Estado ou da União.
- e) A União e os Estados devem criar fundos de modernização do Poder Judiciário.

41. A assistência ocorre quando, pendendo causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Sobre a assistência no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) O interesse do assistente pode ser jurídico, econômico ou pessoal.
- b) Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.
- c) A assistência só é admitida em primeiro grau de jurisdição.
- d) A assistência simples obsta a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.
- e) O assistente simples atuará como auxiliar da parte principal, mas não exercerá os mesmos poderes e nem estará sujeito aos mesmos ônus processuais que o assistido.

42. Quando a prova do fato depende de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito que:

- a) está obrigado a cumprir o ofício que lhe designar o juiz, sendo vedada a escusa do encargo atribuído.
- b) será nomeado entre os profissionais legalmente habilitados, independentemente de estar inscrito em cadastro mantido pelo Tribunal.
- c) poderá ser nomeado por livre escolha do juiz, ainda que na localidade tenha cadastro disponibilizado pelo tribunal.
- d) poderá ser responsabilizado em caso de dolo, culpa ou fraude, caso preste informações inverídicas e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a quatro anos.
- e) poderá ser responsabilizado em caso de dolo ou culpa, caso preste informações inverídicas e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos.

43. Findo o prazo para a contestação, o juiz tomará, conforme o caso, as providências preliminares pertinentes. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) O réu revel não poderá produzir provas contrapostas às alegações do autor.
- b) Se o réu alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, este será ouvido no prazo de 15 (quinze) dias, dispensada a produção de prova.
- c) Constata a existência de irregularidades ou vícios sanáveis, o juiz determinará sua correção em prazo nunca superior a 30 (trinta) dias.
- d) Se o réu alegar qualquer matéria preliminar, a exemplo da incorreção do valor da causa, o juiz poderá permitir a oitiva do autor, dispensada a produção de prova.
- e) Cumpridas as providências preliminares ou não havendo necessidade delas, o juiz designará data para a audiência de instrução e julgamento.

44. O Código de Processo Civil permite o cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Com base no Código, assinale a alternativa correta:

- a) o cumprimento provisório de sentença independe da interposição recursal pela parte contrária.
- b) o cumprimento provisório corre por iniciativa e responsabilidade do exequente que poderá, caso a sentença seja reformada, ser obrigado a reparar os danos que o executado haja sofrido.
- c) por tratar-se de medida provisória, o Código de Processo Civil não prevê meios de impugnação pelo executado.
- d) se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato será considerado incompatível com o recurso eventualmente por ele interposto.
- e) O cumprimento provisório de sentença que reconheça obrigação de fazer, de não fazer ou de dar coisa é regido por disposições próprias, não sendo aplicáveis as previsões relativas ao cumprimento provisório de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

45. Conforme as disposições preliminares do Código de Processo Penal, a lei processual penal aplicar-se-á

- a) imediatamente, respeitados os atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- b) imediatamente, exceto quando já houver sentença condenatória proferida.
- c) retroativamente, devendo os atos serem refeitos de acordo com a nova lei.
- d) desde logo, se for mais benéfica ao acusado.
- e) imediatamente, devendo todos os atos instrutórios serem refeitos de acordo com a nova lei.

46. Sobre o inquérito policial, assinale a opção correta.

- a) Se o indiciado estiver preso preventivamente, o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, contado a partir do dia em que se determinou a ordem de prisão.
- b) Por ser um prazo próprio, a não conclusão do inquérito policial no prazo legal enseja a nulidade do procedimento.
- c) Na apuração dos crimes de ação penal pública, o inquérito é indispensável.

Diante de notícia de novas provas, a autoridade policial poderá desarquivar, de ofício, inquérito policial já encerrado.

- d) A autoridade policial não depende de autorização judicial para determinar que se proceda a exame de corpo de delito.
- e) As regras de suspeição e impedimento concernentes aos magistrados são aplicáveis às autoridades policiais.

47. Em se tratando de inquérito policial sigiloso, é correto afirmar que o advogado:

- a) terá acesso aos autos do inquérito policial, ainda que tenha sido decretado o seu sigilo, mediante autorização judicial.
- b) poderá examinar aos autos do inquérito policial, bem como, ter informações sobre os atos de investigação que ainda serão realizados.

- c) não terá acesso aos autos para assegurar a proteção das investigações.
- d) poderá examinar aos autos do inquérito policial, uma vez que o sigiloso não pode ser oposto ao advogado.
- e) poderá ter acesso somente quando o procedimento estiver concluído.

48 Tendo sido oferecida a ação penal privada subsidiária da pública, é correto afirmar que o Ministério Público:

- a) poderá aditar a queixa, desde que o querelante consinta.
- b) possui capacidade recursal, mas não pode intervir em todos os termos do processo.
- c) diante da sua inércia, perderá a possibilidade de repudiar a queixa.
- d) tem o direito de aditar a queixa.
- e) não poderá retomar a ação como parte principal, mesmo na hipótese de negligência do querelante.

49. Sobre o a assistente da acusação, assinale a alternativa correta.

- a) Contra a decisão que inadmitir a habilitação a assistente da acusação, o recurso cabível, segundo o Código de Processo Penal é o recurso em sentido estrito.
- b) A sua admissão somente é cabível até antes de proferida a sentença.
- c) Ao assistente da acusação é permitido participar do debate oral e arrazoar os recursos interpostos pelo Ministério Público.
- d) O assistente da acusação é admitido nas ações penais privadas e públicas.
- e) O assistente será admitido, independentemente de oitiva prévia do Ministério Público.

50. Quanto à intimação e citação, é correto afirmar que:

- a) A intimação da sentença, na hipótese de réu preso, será pessoal.
- b) Se o réu estiver preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição, será cabível a citação por edital.
- c) A intimação do Ministério Público sempre será feita por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais da comarca.
- d) É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia.
- e) Não é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo no mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal.

51. Acerca dos procedimentos previstos no Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) Será cabível o procedimento comum será ordinário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima prevista seja igual ou inferior a 4 anos de pena privativa de liberdade.
- b) Na audiência de instrução, no processo comum ordinário, poderão ser inquiridas até 8 testemunhas arroladas pela defesa e 8 arroladas pela acusação, incluídas aquelas que deixarem de prestar compromisso.
- c) Nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas.
- d) A falta de justa causa para a aplicação da pena é hipótese de rejeição da Denúncia ou Queixa.
- e) As alegações finais orais da acusação e da defesa terão o tempo de 20 minutos, prorrogáveis por igual período.

52. Sobre o *Habeas Corpus*, é correto afirmar que:

- a) Será cabível sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na

sua liberdade de ir e vir, inclusive nos casos de punição disciplinar.

- b) Caberá *Habeas Corpus* relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada
- c) Se a concessão do *habeas corpus* ocorreu em virtude de nulidade do processo, este será definitivamente arquivado.
- d) Não será cabível *habeas corpus* quando a pena privativa de liberdade já estiver extinta.
- e) Não será cabível *habeas corpus* quando negada a liberdade sob fiança, ainda que a lei autorize a liberdade no caso concreto.

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

53. Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, o recolhimento de custas, emolumentos, taxa judiciária e acréscimos legais devidos em caso de paralisação total ou parcial da instituição bancária, será feito

- a) no primeiro dia de normalização do serviço.
- b) em até 48 horas da normalização do serviço
- c) em até 72 horas da normalização do serviço
- d) em até 5 dias da normalização do serviço
- e) N.D.A.

54. Jorge gerou GRERJ no dia 15 de Dezembro no valor de R\$ 830,00, mas só peticionou os documentos no dia 21 de janeiro do ano seguinte.

Ao receber os documentos, a serventia judicial constatou que, no ano vigente, os valores a serem recolhidos para uma demanda idêntica seriam de R\$ 865,00.

Nessa hipótese

- a) É devida complementação pelo requerente
- b) Não é devida complementação
- c) Só é devida a complementação caso a GRERJ não tenha sido paga
- d) Cabe ao magistrado decidir ou não pela complementação
- e) Cabe complementação no montante de 50% do valor devido a título de multa.

55. Maiquel Jéquisson atua em determinada vara judicial controlando material de expediente. O servidor atua na

- a) Equipe de processamento
- b) Equipe de digitação
- c) Equipe de preparação administrativa
- d) Equipe de almoxarifado
- e) Equipe do patrimônio

56. Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção incorreta acerca do livro de sentença

- a) Considerar-se-á registrada a sentença no momento de seu lançamento no sistema informatizado com aposição da assinatura digital pelo Juiz que a prolatou
- b) É permitida a elaboração de livro de sentenças em meio físico
- c) É obrigatória a assinatura digital do Juiz prolator no texto da sentença lançado no sistema informatizado.
- d) Caberá ao gabinete do Juiz o lançamento do texto integral da sentença, observado o disposto no parágrafo precedente.
- e) É expressamente vedada a juntada aos autos físicos de texto diverso ao lançado eletronicamente

57. Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, a capa de autuação obedecerá ao padrão do Tribunal de Justiça, lançando-se etiqueta de autuação aprovada pela Corregedoria Geral da Justiça e apresentará a seguinte coloração para ações do juizado especial cível

- a) Branco
- b) Rosa
- c) Azul
- d) Verde
- e) Cinza

58. Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, assinale a opção correta acerca da escrituração

- a) As folhas dos autos serão numeradas em ordem crescente, sem rasura, no alto, à direita de cada folha, mantendo-se a numeração dos que se originem de outra serventia
- b) As folhas dos autos serão numeradas em ordem crescente, sem rasura, na parte de baixo, à direita de cada folha, mantendo-se a numeração dos que se originem de outra serventia
- c) As folhas dos autos serão numeradas em ordem crescente, sem rasura, no alto, à esquerda de cada folha, mantendo-se a numeração dos que se originem de outra serventia
- d) As folhas dos autos serão numeradas em ordem crescente, podendo ter rasura, no alto, à direita de cada folha, mantendo-se a numeração dos que se originem de outra serventia
- e) As folhas dos autos serão numeradas em ordem crescente, sem rasura, no alto, à direita de cada folha, mantendo-se a numeração dos que se originem de outra serventia

59. Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, tratando-se de autos arquivados de forma definitiva,

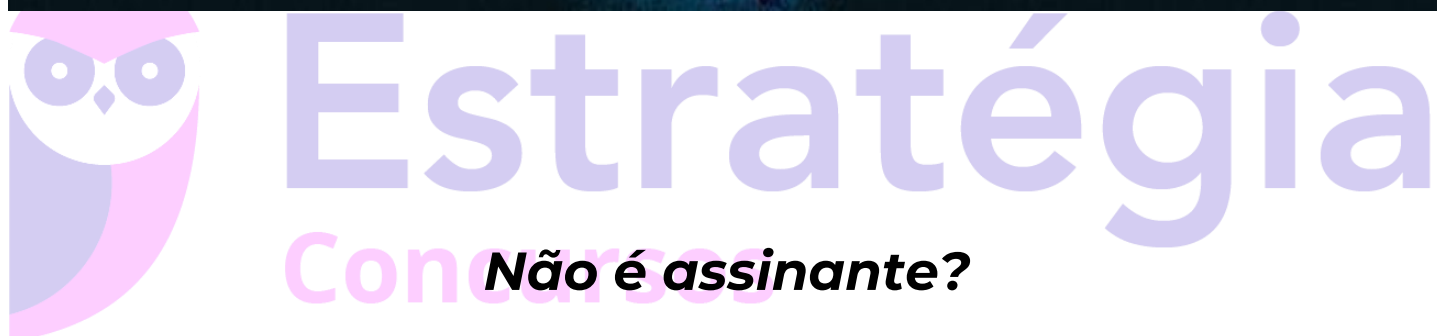
- a) decorridos 5 dias de seu desarquivamento, sem providência da parte, os mesmos retornarão ao arquivo independentemente de despacho.
- b) decorridos 10 dias de seu desarquivamento, sem providência da parte, os mesmos retornarão ao arquivo independentemente de despacho.
- c) decorridos 15 dias de seu desarquivamento, sem providência da parte, os mesmos retornarão ao arquivo mediante despacho.
- d) decorridos 20 dias de seu desarquivamento, sem providência da parte, os mesmos retornarão ao arquivo mediante de despacho.
- e) decorridos 30 dias de seu desarquivamento, sem providência da parte, os mesmos retornarão ao arquivo mediante de despacho.

60. Com base no que dispõe a Consolidação Normativa Judicial, será assegurada prioridade de atendimento nas dependências das serventias judiciais, exceto às pessoas com idade

- a) 61 anos
- b) 55 anos
- c) 65 anos
- d) 70 anos
- e) 75 anos

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



ASSINATURA
ILIMITADA

ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO

1 ANO
12X R\$ 199,97
2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE